

Reconstrução da democracia brasileira: derrotar a PEC 32 e fortalecer a gestão democrática nas escolas

Desde 2016, uma crise democrática se instalou em nosso país. A derrubada ilegítima de Dilma não foi apenas um episódio. Ao conduzir ao poder uma plataforma política que não foi eleita, para conduzir profundos ataques aos direitos do povo e ao patrimônio público, o golpe feriu de forma violenta

a democracia brasileira.

Bolsonaro é um produto direto do golpe, e suas constantes ameaças às instituições; seu desprezo pelo bem comum e pelo decoro que o cargo lhe exige; sua política de ódio, perseguição e propagação de fake news; tudo isso ecoa com mais facilidade em um ambiente de

fragilidade da democracia.

É tarefa da classe trabalhadora a reconstrução da democracia brasileira, para que seja possível a defesa dos direitos do povo e do patrimônio público. É nesse contexto que se apresentou a PEC 32, proposta de reforma administrativa do (des)governo Bolsonaro.

Momento decisivo contra a PEC 32

Estamos num momento decisivo da luta contra a PEC 32, e todas as nossas forças devem ser empenhadas na sua derrota, em defesa do serviço público, dos servidores e servidoras e do povo brasileiro.

O governo conseguiu aprovar seu relatório na comissão especial na Câmara, mas teve dificuldades até para produzir seu relatório. Agora, eles precisam do voto de, no mínimo, 308 dos 513 deputados(as) em plenário. Não é uma tarefa fácil, e todos e todas devemos estar alertas e mobilizados para pressionar os parlamentares, inclusive de outros estados, a rejeitarem a PEC 32.

Entre outros efeitos nefastos, a reforma administrativa de Bolsonaro formaliza a cooperação entre o governo federal, estadual ou distrital com entidades privadas para a gestão dos

equipamentos públicos, o que deve incorrer em falta de estabilidade para servidores e servidoras e ausência de concurso público, abrindo portas para que políticos indiquem quem vai ser contratado por essas entidades privadas. Além disso, as contratações temporárias poderão durar até dez anos em qualquer área de administração pública que não sejam as de função típica de Estado.

O texto aprovado na comissão especial ainda traz a possibilidade de corte de jornada e de salário em até 25%; facilita a abertura de processos administrativos para perda de cargo de servidores; fim da licença-prêmio e do reajuste por tempo de serviço. Pelo substitutivo, juizes e promotores continuam com benefícios como férias de 60 dias. Os deputados ainda devem votar no plenário destaque sobre a inclusão de membros do Judiciário e do

Ministério Público na reforma administrativa.

É tarefa fundamental da nossa categoria a mobilização contra a PEC 32! Quatro deputados(as) federais do DF ainda não se posicionaram contra a PEC da destruição do serviço público: Bia Kicis, Paula Belmonte, Laerte Bessa e Júlio César. Fazer pressão sobre eles e elas é mais importante do que nunca: é sim possível derrotar a PEC 32.

Vamos acionar os parlamentares através da nossa plataforma Educação Faz Pressão, e trazer mais e mais colegas para essa luta. Esta semana será decisiva!

É fundamental, também, construir uma grande manifestação dia 2 de outubro - Fora Bolsonaro! Contra a fome, o desemprego e a carestia. É preciso dar um basta na política entreguista do genocida que ocupa a Presidência da República.

Fortalecer a gestão democrática nas escolas

Fortalecer a democracia em todos os nossos espaços certamente acumula para reconstruirmos a democracia em nosso país. Por isso, a defesa da gestão democrática nas escolas está na ordem do dia, e também se enquadra entre nossas principais tarefas.

Valorizar a gestão democrática, que é uma grande conquista para a educação pú-

blica, significa entender sua importância para a comunidade escolar como um todo. Ela não se limita ao processo de escolha da equipe gestora, mas também passa por ele. As condições democráticas para que esse processo transcorra devem estar asseguradas, fortalecendo os princípios de participação, pluralismo, autonomia pedagógica, administrativa e financeira,

transparência e qualidade social.

Sendo assim, a diretoria colegiada do Sinpro-DF solicita que todos e todas fiquem atentos(as) aos prazos que devem ser firmados em breve. A portaria 469 já instituiu a comissão eleitoral central. Vamos construir um processo participativo e verdadeiramente representativo de toda a comunidade.

Calendário de lutas

01/10 - Conape - Eixo V das conferências regionais do DF: Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social

02/10 - Museu da República

15h - Cirandar com Paulo Freire no Fora Bolsonaro!

15h30min - Ato Fora Bolsonaro! Contra a fome, o desemprego e a carestia!

05/10 - Conape - Eixo VI das conferências regionais do DF:

Construção de um projeto de Nação soberana e de Estado democrático em defesa da democracia

11/11 - Assembleia Geral (havendo necessidade, essa data poderá ser antecipada)

24/11 - Data prevista para eleição das equipes gestoras das escolas

26/11 - Conape Distrital

**GDF,
a educação exige
vacina para todos!**



#VacinaParaTodos

VACINA JÁ!



Filiado:
CUT
CITE
DF

